

Relatório Anual 2018

Brazilian
Pork



Pamplona

PARANÁ

Saudável

RioSul



Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	6
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	18
DIRETORIA EXECUTIVA	18
CONTADOR	18
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
BALANÇO SOCIAL ANUAL 2018	21
UNIDADES	22



Relatório da Administração 2018

Prezados Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias a Administração da Pamplona Alimentos S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (DFs) da Companhia juntamente com o relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Estas DFs foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). No ano de 2018 ocorreram importantes e significativos acontecimentos para o setor do agronegócio, que enfrentou acentuada crise tanto no mercado nacional como no internacional, o que comprometeu o desempenho da Pamplona Alimentos S.A. Mesmo diante das adversidades a Companhia continuou a implementar ações para preservar e garantir a sustentabilidade dos seus negócios a longo prazo, através do incremento das vendas de produtos com maior valor agregado, na busca de oportunidades de redução de custos, com o aumento da eficiência operacional e mantendo o foco na gestão de caixa e das dívidas. A Pamplona Alimentos S.A. ampliou a sua produção com o lançamento de novos produtos fatiados e porcionados, adaptando seu portfólio para competir e atuar de maneira diferenciada, reforçando a equipe de vendas e as campanhas de marketing ao longo do ano, participando de importantes feiras, criando novas oportunidades onde já atua e buscando novos mercados. A intensificação destes esforços, com adoção de medidas adequadas, evidencia o acerto da estratégia, que aponta um crescimento nas vendas de produtos processados em diversos canais nas regiões Sul e Sudeste, atingindo, com estes produtos, 48% da receita operacional bruta (ROB), (41% em 2017). Para isto a Companhia tem investido fortemente nos processos fabris, para atingir o mais alto patamar de excelência em qualidade e segurança de alimentos e manter a posição das suas marcas num cenário desafiador e altamente competitivo nos mercados onde atua. Seguindo o seu plano de crescimento e expansão iniciado em 2013, com base num planejamento estratégico forte e sustentável, a Pamplona Alimentos S.A. sintetiza seus objetivos em direcionamentos: 1) no aumento da capacidade de produção de produtos processados; 2) na modernização e atualização do parque fabril com tecnologias de ponta; 3) na preparação para um novo ciclo de crescimento pós-crise. Investimentos para a modernização e expansão da capacidade produtiva com consequentes ganhos de produtividade nos produtos embutidos, porcionados e fatiados, financiados pelo BNDES e no desenvolvimento de novas linhas de genética de suínos, financiados pela FINEP são alguns dos exemplos do posicionamento firme da Companhia em atingir seus objetivos. Destacam-se neste ano os avanços na governança e sustentabilidade da Pamplona Alimentos S.A., com a publicação do primeiro relatório de sustentabilidade seguindo as diretrizes internacionais da GRI (Global Reporting Initiative), e com a estruturação do sistema de *compliance*, passos significativos em busca da estruturação de mecanismos de ética, transparência e prestação de contas da Companhia. No mês de maio de 2018 a Pamplona Alimentos S.A. comemorou 70 anos de atividades. As celebrações mostraram muitos dos desafios e das conquistas da Companhia ao longo do tempo. Os saudosos fundadores Lauro e Ana Pamplona apontaram o caminho do trabalho, da honestidade e da dedicação, que vem sendo trilhado pela Companhia. Ensinaram também que nos momentos difíceis é que se tem a oportunidade de crescer. Com o turbulento cenário econômico, que marcou desfavoravelmente o ano, a performance da Pamplona Alimentos S.A. passou por seu pior momento fortemente impactada: a) pelo excesso de oferta e fechamento do seu principal mercado exportador de suínos; b) pela redução dos preços no mercado externo; c) pela greve dos caminhoneiros que gerou elevadas perdas em toda a cadeia produtiva e aumentou os valores dos fretes *inbound e outbound*; d) pelo longo período de recessão originado pelo alto desemprego e pela queda de confiança, que geraram maior contenção de gastos das famílias que passaram a optar por outras proteínas e/ou produtos de menor valor agregado; e, e) pelo aumento do preço das *commodities* (milho e soja) que elevaram o custo do suíno próprio. No contexto desses desafios a receita operacional bruta (ROB) da Companhia atingiu R\$ 1.098 milhões (R\$1.140 milhões em 2017), prejudicada pela continuada desaceleração da economia e pelo declínio de preços das carnes ao longo do ano que refletiram numa menor atividade. Os custos foram impactados pela instabilidade de preços das principais *commodities* (milho e soja), não sendo repassados aos preços nos diversos canais e/ou mercados em razão da baixa demanda, ocasionando assim uma redução na margem bruta. Dentre os resultados operacionais e financeiros da Pamplona Alimentos S.A. no ano de 2018 destaca-se o EBITDA ajustado que no período apresentou queda, R\$ 6,7 milhões, (margem de 0,70%), (7,21% em 2017), resultando num prejuízo de R\$ 35,9 milhões (margem de -3,75%), (3,62% em 2017), em consequência da crise econômica e da menor valia dos ativos biológicos (CPC 29). Ressalta-se, que apesar do cenário macroeconômico desafiador a Companhia manteve os investimentos em imobilizado que objetivaram a modernização das fábricas e dos processos industriais e agropecuários, elevando assim a capacidade de atender as exigências dos mercados, totalizando R\$ 24,3 milhões, (R\$ 17,1 milhões em 2017). A dívida líquida financeira que tem características de longo prazo cresceu em razão do desempenho financeiro e da política de investimentos, encerrando o ano com R\$ 249 milhões, (R\$ 174 milhões em 2017). Entendemos que 2019 ainda será um ano de incertezas, apesar da redução do desemprego, da retomada do consumo das famílias e do consequente crescimento das vendas, pois exigirá cautela, austeridade e um planejamento criterioso, para proporcionarmos aos nossos acionistas e ao mercado o desempenho desejado. Estamos convencidos de que temos os alicerces necessários para nossa sustentação, assim como o potencial para inovar, que garantirão nosso sucesso em médio e longo prazo. A palavra-chave será eficiência, engajando todos na concretização do crescimento da Pamplona Alimentos S.A. com a recuperação da lucratividade, com foco constante no respeito às pessoas e à integridade em todas as nossas atividades e relações, legado dos nossos fundadores. Informamos que será submetida à deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, prevista para o dia 23 de Abril de 2019, a proposta da Administração a respeito da destinação do prejuízo de R\$ 35,9 milhões do exercício de 2018, para que seja absorvido em R\$ 34,1 milhões pelas reservas de lucros e em R\$ 1,8 milhões pela realização do ajuste de avaliação patrimonial. A Administração da Pamplona Alimentos S.A. agradece especialmente o trabalho, a dedicação e o empenho de seus 2.811 profissionais na produção de alimentos de excelente qualidade, o apoio dos seus acionistas e das instituições financeiras e, a confiança dos nossos clientes, integrados, fornecedores e prestadores de serviços, por acreditarem e darem suporte ao nosso crescimento, visando oferecer sempre produtos práticos e saudáveis.

A Administração
Rio do Sul, 19 de março de 2019



Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.824	57.210
Contas a receber de clientes	5	125.788	116.388
Estoques	6	70.700	61.111
Ativos biológicos	7	93.658	105.295
Impostos a recuperar	9	55.307	61.212
Outras contas a receber		5.466	2.798
Total do ativo circulante		388.743	404.014
Não circulante			
Depósitos judiciais	8	9.159	8.881
Impostos a recuperar	9	26.524	26.419
Ativos biológicos	7	13.410	14.797
Outras contas a receber		1.125	2.036
Total do realizável a longo prazo		50.218	52.133
Propriedades para investimentos		4.319	3.069
Intangível		2.945	3.166
Imobilizado	11	299.767	292.655
Total do ativo não circulante		357.249	351.023
Total do ativo		745.992	755.037

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	191.057	145.322
Fornecedores		97.997	97.207
Salários, encargos e contribuições sociais		16.656	18.768
Obrigações tributárias		5.319	6.235
Comissões a pagar		2.603	2.473
Dividendos e juros sobre o capital próprio	14	-	1.500
Outras contas a pagar		8.392	6.683
Total do passivo circulante		322.024	278.188
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	95.566	85.631
Provisão para contingências	8	31.613	29.913
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	10	893	25.693
Outras contas a pagar		5.283	5.070
Total do passivo não circulante		133.355	146.307
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	168.390	155.000
Ajuste de avaliação patrimonial	13.b	73.535	75.378
Dividendos adicionais propostos	14	-	2.000
Reservas de lucros	13.c	48.688	98.164
Total do patrimônio líquido		290.613	330.542
Total do passivo e patrimônio líquido		745.992	755.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	16	956.991	1.009.272
Custo dos produtos vendidos	17	(877.611)	(830.251)
Lucro bruto		79.380	179.021
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas	17	(105.415)	(95.404)
Administrativas e gerais	17	(15.001)	(14.120)
Outras (despesas) receitas operacionais		1.350	(363)
Resultado antes do resultado financeiro		(39.686)	69.134
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	19.072	16.421
Despesas financeiras	18	(40.300)	(37.956)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(60.914)	47.599
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	-	(7.257)
Diferido	10	24.995	(3.801)
Resultado do exercício		(35.919)	36.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Resultado do exercício	(35.919)	36.541
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(35.919)	36.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Resultado acumulado	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2016		146.000	77.247	6.784	67.570	-	-	297.601
Integralização de capital	13.a	9.000	-	-	-	-	-	9.000
Realização do custo atribuído	13.b	-	(2.832)	-	-	-	2.832	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	-	963	-	-	-	(963)	-
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	-	-	(12.600)	(12.600)
Dividendos adicionais	14	-	-	-	-	2.000	(2.000)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	36.541	36.541
Constituição de reserva legal		-	-	1.827	-	-	(1.827)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	21.983	-	(21.983)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		155.000	75.378	8.611	89.553	2.000	-	330.542
Integralização de capital com dividendos adicionais propostos	13.a	2.000	-	-	-	(2.000)	-	-
Integralização de capital com juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas	13.a	11.390	-	-	-	-	-	11.390
Realização do custo atribuído	13.b	-	(2.793)	-	-	-	2.793	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	-	950	-	-	-	(950)	-
Juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas	14	-	-	-	(13.400)	-	-	(13.400)
Distribuição de reserva de lucros	14	-	-	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	(35.919)	(35.919)
Absorção do prejuízo apurado no exercício 13.c (ii)		-	-	-	(34.076)	-	34.076	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		168.390	73.535	8.611	40.077	-	-	290.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(35.919)	36.541
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	16.455	15.836
Impostos diferidos	(24.800)	3.801
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado	996	1.975
Provisão para contingências (constituição líquida de reversão)	1.700	1.087
Ajuste de valor justo de investimento	(1.250)	(820)
Ajuste de valor justo de ativo biológico	29.460	(12.458)
Juros e variação cambial não realizadas	19.514	23.819
	6.156	69.781
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(9.400)	(5.910)
Estoques	(9.589)	(10.003)
Ativos biológicos	(16.436)	1.883
Impostos a recuperar	5.800	12.345
Outras contas a receber	(1.757)	237
Depósitos judiciais	(278)	(2.541)
Fornecedores	790	377
Contas a pagar e comissões	2.052	1.823
Obrigações tributárias	(916)	82
Salários, encargos e contribuições sociais	(2.112)	3.565
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(25.690)	71.639
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(24.150)	(16.852)
Aquisição de intangível	(192)	(309)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(24.342)	(17.161)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros pagos por empréstimos	(19.540)	(20.897)
Empréstimos tomados	236.606	216.415
Pagamentos de empréstimos	(180.910)	(213.805)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(5.510)	(3.514)
Caixa líquido proveniente dos (usado nas) atividades de financiamentos	30.646	(21.801)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(19.386)	32.677
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	57.210	24.533
No fim do exercício	37.824	57.210
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(19.386)	32.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas		
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.073.022	1.115.057
Outras receitas	3.911	2.217
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	(923)	(1.284)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(755.452)	(632.292)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(123.924)	(185.070)
Valor adicionado bruto	196.634	298.628
Depreciação, amortização e exaustão	(16.455)	(15.836)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	180.179	282.792
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	19.072	16.421
Outras	8	11
Valor adicionado total a distribuir	199.259	299.224
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	85.210	82.072
Benefícios	1.351	1.277
FGTS	9.399	7.555
Tributos		
Federais	12.133	53.717
Estaduais	85.054	78.611
Municipais	202	170
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	40.300	37.956
Aluguéis	1.529	1.325
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	(49.319)	23.941
Juros sobre o capital próprio	13.400	12.600
Valor adicionado atribuído	199.259	299.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

1. I CONTEXTO OPERACIONAL

A Pamplona Alimentos S.A., fundada em 1948, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos, no processamento e industrialização da carne suína, bovina e na fabricação de rações. Possui duas plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtiva de rações, duas casas de carnes e sete granjas de produção de suínos, localizadas no estado de Santa Catarina, e uma unidade industrial terceirizada de embutidos em Estação, no estado do Rio Grande do Sul. Dispõe de nove centros de distribuição, dois localizados em Santa Catarina, dois em São Paulo e um nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos: no mercado nacional, onde atua desde sua fundação; e, no mercado externo desde 1996. Com as marcas Pamplona, Riosul, Saudável e Paraná, posiciona-se com os seus produtos entre as principais Companhias no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e mercados, desde o nascimento dos animais até o abate e industrialização, com acompanhamento constante e sofisticado controle de qualidade até chegar à mesa do consumidor final. A Pamplona Alimentos S.A. adota como estratégia oferecer aos seus clientes produtos com maior valor agregado, ampliando a industrialização dos produtos da linha de embutidos, temperados, salgados e defumados. Neste sentido vem modernizando e ampliando o seu parque fabril, adequando as suas unidades produtivas frigorificadas à legislação de rastreabilidade de acordo com as normas do Ministério da Agricultura.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

2. I BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela diretoria em 19 de março de 2019.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhar, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 5** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 7** - Ativos biológicos; • **Nota 8** - Depósitos judiciais e provisão para contingências; • **Nota 10** - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos líquidos; • **Nota 11** - Imobilizado.

3. I PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Mudanças nas principais políticas contábeis: A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, os quais não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas também não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

c. Instrumentos financeiros (Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018): (i) Ativos financeiros não derivativos reconhecimento e mensuração: Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente; e (iii) valor justo. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 são classificados da seguinte forma: *Custo amortizado*: Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro.

(ii) Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

d. Caixa e equivalentes de caixa: Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

e. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 5). As perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

f. Estoques: Os estoques de matérias-primas, materiais auxiliares e almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. O custo dos produtos acabados inclui matérias-primas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda.

g. Ativos biológicos: Os ativos biológicos destinados a produção (suínos vivos) foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção, onde o valor apurado pelo método de custeio por absorção não apresentaram variações significativas quando comparado com o seu valor justo (fluxo de caixa descontado), sendo aplicada a técnica de projeções dos custos aos animais vivos (ativo biológico) e das vendas destes produtos nos próximos meses, oriundos da transformação destes animais vivos. As florestas em formação estão mensuradas ao valor justo. Todas as alterações ao valor justo foram reconhecidas no resultado do exercício.

h. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses, sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A diferença entre os critérios da depreciação fiscal frente a expectativa da realização pela vida útil, são controladas pela Companhia e reconhecidas os seus efeitos na apuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

(ii) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	25 - 30 anos
Máquinas e equipamentos	2 - 40 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 - 30 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Outros ativos	5 anos



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i. Propriedades para investimentos: Representado principalmente por propriedades mantidas para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

j. Ativos intangíveis: A Companhia possui software, marcas e patentes registrados como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. *Amortização:* Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis dos intangíveis são amortizadas em 10 anos.

k. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Capital social: Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio, conforme definido em estatuto e legislação vigente, são reconhecidos como passivo.

n. Receita operacional: A Companhia adotou inicialmente o CPC 47/ IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

o. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem substancialmente receitas de juros e ganho de variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre empréstimos e perdas com variação cambial. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

p. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

q. Ajuste a valor presente: As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,70% a.m. Tal índice representa a taxa média de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 31 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 39 dias. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo.

r. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou/antecipou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos: A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras, sendo que não foram identificados ajustes significativos decorrentes dos efeitos desta norma.

(ii) Outras normas: As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro; Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9); Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)/IAS 28); Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19); Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; IFRS 17 Contratos de Seguros. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

s. Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos: O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos: O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

4. I CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa	163	131
Bancos	10.970	2.010
Numerários em trânsito - US\$	10.125	18.208
Aplicações financeiras	16.566	36.861
Total de caixa e equivalente de caixa	37.824	57.210

As aplicações financeiras estão depositadas em Certificado de Depósito Bancário com rendimentos entre 50% a 100% da variação do CDI, sendo prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Os numerários em trânsito referem-se às cambiais de exportações já pagas pelos clientes, cujas ordens de pagamento em moeda estrangeira ainda não foram convertidas para reais.

5. I CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2018	2017
No País	83.963	87.403
No Exterior	42.210	29.454
	126.173	116.857
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(385)	(469)
	125.788	116.388

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	2018	2017
A vencer	114.751	108.145
Vencidos há 30 dias	9.351	7.120
Vencidos de 31 a 60 dias	536	1.057
Vencidos de 61 a 90 dias	791	66
Vencidos de 91 a 180 dias	360	253
Vencidos a mais de 180 dias	384	216
	126.173	116.857
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(385)	(469)
	125.788	116.388

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui recebíveis em garantia para financiamentos o montante de R\$ 32.650.

6. I ESTOQUES

	2018	2017
Produtos acabados	42.398	41.551
Produtos em elaboração	6.619	4.039
Matérias-primas	13.729	8.868
Materiais secundários	5.487	4.500
Almoxarifado	2.467	2.153
	70.700	61.111

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia tem a totalidade de estoques dados em garantias de financiamentos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

7. I ATIVOS BIOLÓGICOS

Os suínos e bovinos vivos foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção (custeio por absorção). As florestas foram reconhecidas ao valor justo.

	2018	2017
Suínos vivos	104.890	88.155
Bovinos vivos	172	471
Florestas	35	35
Ajuste do valor justo de ativo biológico	1.971	31.431
	107.068	120.092
Ativo circulante	93.658	105.295
Ativo não circulante	13.410	14.797

O aumento de suínos vivos, deve-se: a) pela melhora do peso médio no campo; b) pelo incremento de matrizes e reprodutores; e c) elevação dos custos de produção. A expressiva redução do ajuste ao valor justo, apurado pelo método de fluxo de caixa descontado, é consequente da queda dos preços de vendas dos produtos acabados derivados do abate de suínos e do aumento dos custos de produção. Foram classificados no ativo não circulante os ativos biológicos relativos as matrizes cuja expectativa de descarte é superior a doze meses e os reflorestamentos. A Companhia possui ativos biológicos dados em garantia de financiamentos em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 2.800.

8. I DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2018	2017	2018	2017
Tributárias	8.693	8.481	24.826	23.586
Trabalhistas	466	400	6.787	6.327
Total	9.159	8.881	31.613	29.913

A provisão para contingências é constituída para atender as prováveis perdas de processos tributários e trabalhistas, contra os quais foram interpostos recursos, e foram avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia com probabilidade de perda provável. As movimentações da provisão para contingências nos exercícios de 2018 e de 2017 estão demonstradas a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.054	21.473	1.299	28.826
Adições	314	2.269	–	2.583
Baixas	(41)	(156)	(1.299)	(1.496)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.327	23.586	–	29.913
Adições	538	1.240	–	1.778
Baixas	(78)	–	–	(78)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.787	24.826	–	31.613

Trabalhistas: As provisões trabalhistas são constituídas com base nos processos de reclamações trabalhistas provenientes de processos judiciais e/ou administrativos. **Tributárias:** Referem-se basicamente a processos de compensação de créditos de PIS e COFINS. **Contingências possíveis:** A Companhia possui diversos processos no montante total estimado de R\$ 87.708 (R\$ 79.206 em 2017), cuja opinião dos assessores jurídicos é que o risco de perda é possível, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para contingência, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

9. I IMPOSTOS A RECUPERAR

	2018	2017
ICMS	21.418	34.194
COFINS a recuperar	24.090	19.185
PIS a recuperar	5.505	4.991
IPI a recuperar	52	73
Antecipações de IRPJ	21.268	20.092
Antecipações de CSLL	9.498	9.096
	81.831	87.631
Circulante	55.307	61.212
Não circulante	26.524	26.419

ICMS: A Companhia acumula créditos de ICMS em razão das exportações. Houve redução significativa destes saldos credores em 2018 em função de utilização destes saldos para compensar com débitos gerados com as vendas do mercado interno, principalmente de produtos processados. Além disso, parte destes créditos foram usados para compra de matéria-prima através de processos de transferências para fornecedores ou ainda transferidos para terceiros. Para o próximo ano está previsto redução deste saldo credor pelo aumento da produção e venda de processados e pela continuidade de transferências de créditos de ICMS para terceiros.

PIS e COFINS a recuperar: O PIS e COFINS a recuperar são procedentes de créditos das compras de insumos empregados em produtos destinados à exportação e pelas saídas isentas. O acréscimos nos saldos deveu-se pela menor compensação com tributos federais em 2018. Para o próximo ano está previsto redução deste saldo credor pelo aumento da produção e venda de processados e pela continuidade de compensação com outros tributos federais, principalmente com o INSS.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

Antecipações de IRPJ e CSLL: O acréscimo do valor referem-se às retenções na fonte sobre aplicações financeiras, antecipações do imposto de renda e contribuição social, o reconhecimento da correção pela SELIC dos pedidos de restituição de saldos negativos de anos anteriores, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar, ou ainda através de pedido de restituição. Os valores de impostos a recuperar, cujas as expectativas de realização ultrapassam doze meses, são reconhecidos como ativo não circulante.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS LÍQUIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre o prejuízo fiscal e base negativa apurados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131	159
Provisão para contingências	10.340	9.762
Provisão impostos indiretos a estornar	2.781	3.858
Provisão para comissões	645	591
Provisão variação cambial passiva	52	457
Prejuízos fiscais do imposto de renda	20.161	8.163
Prejuízos fiscais base negativa de contribuição social	7.655	3.531
Provisão para participação do resultado	–	852
Acordos comerciais a pagar	880	940
Outras diferenças temporárias	3.932	3.073
	46.577	31.386
Passivo		
Custo atribuído	(37.883)	(38.831)
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	(670)	(10.686)
Ajuste a valor justo de investimentos	(704)	(279)
Provisão variação cambial ativa	–	(183)
Provisão sobre reavaliação	(2.107)	(2.255)
Ajuste depreciação fiscal e societária	(4.741)	(3.437)
Ajuste juros sobre financiamento de imobilizado	(1.126)	(1.168)
Outras diferenças temporárias	(239)	(240)
	(47.470)	(57.079)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(893)	(25.693)

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucros tributáveis futuros. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2018 são:

2019	23.094
2020	9.810
2021	7.528
2022	6.145
	46.577

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2018	2017
Resultado antes dos impostos	(60.914)	47.599
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	20.711	(16.184)
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas não dedutíveis	(275)	(156)
Receitas não tributáveis	3	998
Juros sobre o capital próprio	4.556	4.284
Imposto de renda e contribuição social	24.995	(11.058)
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	(7.257)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.995	(3.801)
	24.995	(11.058)
Alíquota efetiva	41%	23%



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

11. IMOBILIZADO

a. Movimentação do custo e depreciação

Movimentação do custo	Terrenos	Edifi- cações	Máqui- nas e equipa- mentos	Móveis e uten- sílios	Insta- lações	Veí- culos	Equipa- mentos de processa- mento de dados	Outros ativos fixos	Imobili- zado em anda- mento e adianta- mentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	93.664	118.266	126.002	2.932	26.080	955	4.810	578	7.056	380.343
Adições	532	302	4.390	220	433	105	313	21	10.536	16.852
Transferência	–	5.032	2.331	129	1.694	–	–	–	(9.186)	–
Baixas	–	(700)	(4.553)	(206)	(1.610)	(287)	(582)	(72)	(844)	(8.854)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	94.196	122.900	128.170	3.075	26.597	773	4.541	527	7.562	388.341
Adições	–	136	7.228	184	265	163	245	43	15.886	24.150
Transferência	–	3.092	2.044	31	2.438	–	–	–	(7.605)	–
Baixas	–	(91)	(4.953)	(147)	(45)	(223)	(91)	(71)	(105)	(5.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	94.196	126.037	132.489	3.143	29.255	713	4.695	499	15.738	406.765
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2016	–	31.736	39.666	2.021	9.691	337	3.422	321	–	87.194
Depreciação do exercício	–	4.634	8.422	160	1.383	195	493	75	–	15.362
Baixa	–	(700)	(3.548)	(190)	(1.605)	(187)	(577)	(63)	–	(6.870)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	–	35.670	44.540	1.991	9.469	345	3.338	333	–	95.686
Depreciação do exercício	–	4.870	8.799	198	1.532	106	467	73	–	16.045
Baixa	–	(88)	(4.244)	(131)	(45)	(77)	(88)	(60)	–	(4.733)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	–	40.452	49.095	2.058	10.956	374	3.717	346	–	106.998
Saldos em 31 de dezembro de 2017	94.196	87.230	83.630	1.084	17.128	428	1.203	194	7.562	292.655
Saldos em 31 de dezembro de 2018	94.196	85.585	83.394	1.085	18.299	339	978	153	15.738	299.767
Taxa de depreciação		3,3% a 4%	2,5% a 50%	10%	3,3% a 10%	20%	20%	20%		

b. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados: O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 não houve a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade.

c. Ativos fixos dados em garantias de financiamentos: Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía o montante de R\$ 183.159 (R\$ 165.009 em 2017) em bens do seu ativo imobilizado, principalmente, edificações, instalações, máquinas e equipamentos e terrenos, dados em garantias de financiamentos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

12. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2018	2017
Capital de Giro	8,01% a 10,25% a.a.	2020	R\$	23.593	94.108
	7,00% a 8,00% a.a.	2019	R\$	69.327	–
	100% CDI + 3,74% a.a.	2024	R\$	12.222	13.512
	100% CDI + 2,42% a 4,91% a.a.	2022	R\$	88.360	42.252
	3,92% a 5,20% a.a. + variação cambial	2019	US\$	47.331	30.276
Investimentos					
BNDES	3,48% a 5,00% a.a. + TJLP	2026	R\$	7.269	8.451
	8,16% a.a. + cesta de moedas	2024	R\$	5.992	6.078
	8,70% a.a.	2022	R\$	431	568
	2,50% a 9,50% a.a.	2024	R\$	26.707	33.196
	100% CDI + 3,74% a.a.	2024	R\$	688	761
FINEP	9,00% a.a.	2027	R\$	4.703	1.572
Arrendamento mercantil	15,53 % a.a.	2018	R\$	–	179
				286.623	230.953
Parcelas circulante				191.057	145.322
Parcelas não circulante				95.566	85.631

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2020	40.953
2021	26.646
2022	13.681
2023	9.383
2024 - 2027	4.903
	95.566

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos, recebíveis, estoques e ativo biológico. A Companhia possui um empréstimo no montante de R\$ 8.166 que possuem cláusulas restritivas “*debt covenants*” que incluem a manutenção de determinados índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente, os quais não foram atingidos em 31 de dezembro de 2018. Contudo, a Companhia recebeu o *waiver* da instituição financeira credora para os referidos *covenants*, razão pela qual manteve as parcelas do contrato a vencer no passivo não circulante, de acordo com seus vencimentos originais.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 está representado por 348.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 21 de agosto de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R\$ 2.000 com aumento de 2.208 ações ordinárias, as quais foram totalmente integralizadas mediante a conversão dos dividendos adicionais propostos pelos acionistas, e, o capital social passou de R\$ 155.000 para R\$ 157.000. Em 16 de outubro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R\$ 11.390 com aumento de 12.584 ações ordinárias, as quais foram totalmente integralizadas mediante a capitalização de juros sobre capital próprio creditados aos acionistas, e, o capital social passou de R\$ 157.000 para R\$ 168.390.

b. Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se ao custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1º de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários. No exercício de 2018 houve uma realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 2.793 com a realização do imposto de renda e contribuição social no valor R\$ 950, sendo R\$ 1.843 o valor líquido de realização, restando um saldo de R\$ 73.535.

c. Reservas de lucros: (i) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2018, em razão do prejuízo apurado no exercício, não houve constituição de reserva legal.

(ii) Reserva de retenção de lucros: Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Durante o exercício de 2018, parte da reserva de retenção de lucros foi distribuída na forma de juros sobre capital próprio aos acionistas, totalizando o montante R\$ 13.400. O prejuízo remanescente apurado no exercício de 2018 no montante de R\$ 34.076 foi absorvido pela reserva de retenção de lucros, o saldo remanescente no montante de R\$ 40.077, destina-se a investimentos conforme orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2019 e reforço do capital de giro.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

14. I DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido. A Companhia não apurou dividendos a serem pagos no exercício de 2018. De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 2018 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 13.400 (R\$ 12.600 em 2017), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Na Assembleia Geral Extraordinária em 16 de outubro de 2018 foi aprovada a destinação dos juros sobre capital próprio para aumento de capital, os quais foram integralmente capitalizados na mesma data (nota explicativa 13.a). Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 4.556 (R\$ 4.284 em 2017) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas. Em 24 de abril de 2018, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o pagamento de dividendos adicionais referente o exercício de 2017, no montante de R\$ 2.000, em 21 de agosto de 2018 este valor R\$ 2.000 foi destinado ao aumento de capital, que foi integralmente capitalizado nesta data (nota explicativa 13.a). Em 16 de outubro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou pagamento de dividendos adicionais referente o exercício de 2017, no montante de R\$ 2.000, creditado na conta corrente do acionista nesta data e pagas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018.

15. I INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gerenciamento do risco financeiro: A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, a Companhia desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

b. Riscos de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos: A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas.

(ii) Investimentos: A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito e está demonstrado a seguir:

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	37.824	57.210
Contas a receber de clientes	125.788	116.388
Total	163.612	173.598

(iii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

c. Risco cambial: A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD"), permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a exposição cambial estava assim representada:

	2018		2017	
	Moeda estrangeira (US\$)	R\$	Moeda estrangeira (US\$)	R\$
Ativo				
Numerários em trânsito	2.613	10.125	5.504	18.208
Contas a receber	10.893	42.210	8.904	29.454
Adiantamento a fornecedores	400	1.550	-	-
Passivo				
Empréstimos	(12.215)	(47.331)	(9.152)	(30.276)
Contas a pagar	(876)	(3.393)	(315)	(1.043)
Adiantamentos de clientes	(145)	(562)	(58)	(190)
Exposição líquida	670	2.599	4.883	16.153

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações.

d. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

e. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

f. Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

g. Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma adequada base de capital para manter a confiança do acionista, credor, mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

h. Riscos regulatórios e ambientais: A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais, e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento desses requerimentos. A administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

i. Valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	16.566	16.566	36.861	36.861
Numerários em trânsito	10.125	10.125	18.208	18.208
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	125.788	125.788	116.388	116.388
Empréstimos e financiamentos	286.623	286.623	230.953	230.953
Fornecedores	97.997	97.997	97.207	97.207

Os valores justos não refletem mudanças futuras na economia ou outras variáveis que possam ter efeito sobre a sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. • **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

16. RECEITA OPERACIONAL

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	2018	2017
Receita operacional bruta		
Venda de produtos mercado interno	740.423	717.803
Venda de produtos mercado externo	356.851	420.687
Venda de mercadorias	1.197	1.439
	1.098.471	1.139.929
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(118.999)	(108.644)
Devoluções	(17.400)	(16.069)
Ajuste a valor presente	(5.081)	(5.944)
Receita operacional líquida	956.991	1.009.272



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

17. | DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA E FUNÇÃO

Custos e despesas de vendas e administrativas	2018	2017
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	726.534	644.071
Despesas com pessoal	85.210	82.072
Depreciações e amortizações	16.455	15.836
FGTS	9.399	7.555
Benefícios a empregados	1.351	1.277
Despesas com energia elétrica	17.061	15.805
Outras receitas e despesas	142.017	173.159
Total	998.027	939.775
Classificação por função		
Custos dos produtos vendidos	877.611	830.251
Vendas	105.415	95.404
Administrativas e gerais	15.001	14.120
	998.027	939.775

18. | RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas financeiras	2018	2017
Juros ativos	7.700	9.747
Variações cambiais ativas	10.802	6.411
Outros	570	263
	19.072	16.421
Despesas financeiras		
Juros passivos	(27.286)	(30.140)
Variações cambiais passivas	(11.692)	(6.520)
Outros	(1.322)	(1.296)
	(40.300)	(37.956)
Resultado financeiro líquido	(21.228)	(21.535)

Conselho de administração

Valdecir Pamplona
Presidente

Alidor Lueders
Vice-Presidente

Elvio de Oliveira Flores
Conselheiro

Edina Pamplona
Conselheira

Osmar Peters
Conselheiro

Guilherme de Borba Pamplona
Conselheiro

Fabio Ayres Marchetti
Conselheiro

Diretoria executiva

Irani Pamplona Peters
Diretora Presidente

Sérgio Luiz de Souza
Diretor Administrativo Financeiro

Valdecir Pamplona Junior
Diretor de Expansão e Logística

Júlio César Franzói
Diretor Comercial Mercado Externo

Adilor Ascari Bussolo
Diretor Industrial

Edival Justen
Diretor de Suplementos e Fomento

Cleiton Pamplona Peters
Diretor Comercial Mercado Interno

Contador

Élvis Justen
CRC/SC - 028194/O-3



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Conselheiros

Pamplona Alimentos S.A.

Rio do Sul - SC.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pamplona Alimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pamplona Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos: Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 19 de março de 2019



KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini

Contador - CRC PR-045569/O-4 T-SC



Balanco Social Anual/2018 (em R\$ mil)

Empresa: PAMPLONA ALIMENTOS S.A.							
1 - Base de Cálculo		2018 Valor (Mil reais)			2017 Valor (Mil reais)		
Receita Líquida (RL)		956.991			1.009.272		
Resultado operacional (RO)		-39.685			69.134		
Folha de pagamento bruta (FPB)		108.309			100.234		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		2.009	1,85%	0,21%	1.743	1,74%	0,17%
Encargos sociais compulsórios		25.110	23,18%	2,62%	22.945	22,89%	2,27%
Saúde		185	0,17%	0,02%	216	0,22%	0,02%
Segurança e saúde no trabalho		1.220	1,13%	0,13%	1.728	1,72%	0,17%
Educação		34	0,03%	0,00%	55	0,06%	0,01%
Cultura		182	0,17%	0,02%	172	0,17%	0,02%
Capacitação e desenvolvimento profissional		194	0,18%	0,02%	128	0,13%	0,01%
Creches ou auxílio-creche		112	0,10%	0,01%	110	0,11%	0,01%
Auxílio Transporte		639	0,59%	0,07%	638	0,64%	0,06%
Auxílio Funeral		10	0,01%	0,00%	2	0,00%	0,00%
Seguro de Vida do Empregado		197	0,18%	0,02%	170	0,17%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados		0	0,00%	0,00%	2.495	2,49%	0,25%
Outros		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos		29.890	27,59%	3,12%	30.403	30,33%	3,02%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Cultura		46	-0,11%	0,01%	43	0,06%	0,01%
Saúde e saneamento		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		19	-0,05%	0,00%	17	0,02%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade		65	-0,17%	0,01%	60	0,09%	0,01%
Tributos (excluídos encargos sociais)		87.005	-219,24%	9,09%	113.011	163,47%	11,20%
Total - Indicadores sociais externos		87.070	-219,40%	9,10%	113.070	163,55%	11,20%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Disposição de resíduos		179	-0,45%	0,02%	275	0,40%	0,03%
Tratamento de Emissões		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Custos de remediação		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Custos de prevenção e gestão ambiental		281	-0,71%	0,03%	860	1,24%	0,09%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		459	-1,16%	0,05%	1.135	1,64%	0,11%
<p>Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:</p> <p>() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () não possui metas () cumpre de 51 a 75%</p> <p>() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%</p>							
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2018			2017		
Nº de empregados(as) ao final do período		2.811			2.702		
Nº de admissões durante o período		1.410			1.330		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		132			150		
Nº de estagiários(as)		25			27		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		442			430		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		914			859		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		18%			19%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		610			533		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		2%			1%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		41			34		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2018			Metas 2019		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		29			27		
Número total de acidentes de trabalho		52			46		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cípa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as) + Cípa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2018: 199.259			Em 2017: 299.224		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		48,88% governo 48,16% colaboradores(as) 6,72% acionistas 20,99% terceiros - 24,75% retido			44,28% governo 30,38% colaboradores(as) 4,21% acionistas 13,13% terceiros 8% retido		
7 - Outras Informações							



Unidades

Unidades Industriais

Matriz

Rod. BR-470, KM 150, nº 13891 - Bairro Pamplona - CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
 Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115
 CNPJ Nº 85.782.878/0001-89 - CCICMS-SC. Nº 250.274.590
www.pamplona.com.br

Filiais

Presidente Getúlio - SC

Rua Curt Hering, nº 1796 - Bairro Centro
 CEP 89150-000 - Presidente Getúlio - SC
 Telefone: (47) 3352-1311
 CNPJ Nº 85.782.878/0024-75 - CCICMS-SC. Nº 251.794.350

Estação - RS

Rua Josino Monteiro, nº 2 - Sala 3, Bairro Centro
 CEP 99930-000 - Estação - RS
 Telefone: (54) 3337-3300
 CNPJ Nº 85.782.878/0003-40 - CCICMS-RS. Nº 272/0008707

Laurentino - SC

Rod. SC-350, nº 4370 - Prédio 02 - Bairro Rodovia das Primaveras
 CEP 89170-000 - Laurentino - SC
 Telefone: (47) 3531-3426
 CNPJ Nº 85.782.878/0021-22 - CCICMS-SC. Nº 251.144.119

Casas de Carne

Rio do Sul - SC

Rod. BR-470, KM 150, nº 13891 - Bairro Pamplona
 CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
 Telefone: (47) 3531-3131
 CNPJ Nº 85.782.878/0013-12 - CCICMS-SC. Nº 250.810.760

Itajaí - SC

Rua Blumenau, nº 895 - Bairro São João
 CEP 88305-101 - Itajaí - SC
 Telefone: (47) 3346-7330 ou 3366-6774
 CNPJ Nº 85.782.878/0033-66 - CCICMS-SC. Nº 252.454.693

Filiais de Distribuição

Lages - SC

Rua Humberto de Campos, nº 449 - Bairro Sagrado Coração de Jesus
 CEP 88508-190 - Lages - SC
 Telefone: (49) 3223-3599
 CNPJ Nº 85.782.878/0015-84 - CCICMS-SC. Nº 250.902.028

Itajaí - SC

Rod. Antônio Heil, nº 2205 - Bairro Itaipava
 CEP 88316-001 - Itajaí - SC
 Telefone: (47) 3346-9200
 CNPJ Nº 85.782.878/0029-80 - CCICMS-SC. Nº 251.629.678

Porto Alegre - RS

Av. Assis Brasil, nº 5156 - Sala 01 - Bairro Sarandi
 CEP 91110-000 - Porto Alegre - RS
 Telefone: (51) 3344-0112
 CNPJ Nº 85.782.878/0004-21 - CCICMS-RS. Nº 096/3347470

Colombo - PR

São José dos Pinhais - PR
 Rod. BR-277, KM 66, nº 11696 - Sala 04 - Bairro Borda do Campo
 CEP 83075-000 - São José dos Pinhais - PR
 Telefone: (41) 2104-8419
 CNPJ Nº 85.782.878/0005-02 - CCICMS-PR. Nº 90515319-62

Araras - SP

Av. Guerino Turatti, nº 800 - Sala 07 - Bairro Distrito Industrial III
 CEP 13.602-101 - Araras - SP
 Telefone: (19) 3321-2111
 CNPJ Nº 85.782.878/0008-55 - CCICMS-SP. Nº 182.119.912.114

Barueri II - SP

Av. Prefeito João Vilalobo Quero, nº 1505 - G 01 - Sala 01 - Bairro Jardim Belval
 CEP 06422-122 - Barueri - SP
 CNPJ Nº 85.782.878/0014-01 - CCICMS-SP. Nº 206.454.654.110

Rio Bonito - RJ

Rua Arthur Antunes Quintanilha, nº 99 - Bloco 02 - Bairro Rio do Ouro
 CEP 28800-000 - Rio Bonito - RJ
 Telefone: (21) 2734-1133
 CNPJ Nº 85.782.878/0010-70 - CCICMS-RJ. Nº 86.629.488

Pouso Alegre - MG

Avenida Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 4160 - Sala 101 - Bairro Área 04
 CEP 37550-000 - Pouso Alegre - MG
 Telefone: (35) 3423-9969
 CNPJ Nº 85.782.878/0009-36 - CCICMS-MG. Nº 002160504.00-53

Salvador - BA

Simões Filho - BA
 Via de Penetração II, nº 938 - Sala 14 - Bairro Cia Sul
 CEP 43700-000 - Simões Filho - BA
 CNPJ Nº 85.782.878/0023-94 - CCICMS-BA. Nº 127.620.480

Filiais de Agropecuária

Rio do Sul - SC

Granja Santana
 Estrada Cab. Rib. Itoupava, s/nº - Bairro Itoupava
 CEP 89162-780 - Rio do Sul - SC
 Telefone: (47) 99144-3623
 CNPJ Nº 85.782.878/0025-56 - CCICMS-SC. Nº 251.280.799

Laurentino - SC

Granja Amoadado
 Estrada Geral, s/nº - Baixo Amoadado
 CEP 89170-000 - Laurentino - SC
 Telefone: (47) 3546-1033
 CNPJ Nº 85.782.878/0034-47 - CCICMS-SC. Nº 253.027.675

Laurentino - SC

Fomento
 Rod. SC 350, nº 4370 - Prédio 01 - Bairro Rodovia das Primaveras
 CEP 89170-000 - Laurentino - SC
 Telefone: (47) 3531-3182
 CNPJ Nº 85.782.878/0002-60 - CCICMS-SC. Nº 255.200.463

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa
 Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
 CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
 Telefone: (47) 99145-6781
 CNPJ Nº 85.782.878/0026-37 - CCICMS-SC. Nº 251.280.780

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa Creche
 Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
 CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
 Telefone: (47) 99145-6781
 CNPJ Nº 85.782.878/0032-85 - CCICMS-SC. Nº 252.003.691

Rio do Oeste - SC

Granja Dois Irmãos
 Estrada Toca Grande, s/nº - Bairro Dois Irmãos
 CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
 Telefone: (49) 99151-8599
 CNPJ Nº 85.782.878/0027-18 - CCICMS-SC. Nº 251.280.772

Rio do Oeste - SC

Granja Águas Verdes
 Estrada Geral, s/nº - Bairro Águas Verdes
 CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
 Telefone: (47) 98822-5382
 CNPJ Nº 85.782.878/0028-07 - CCICMS-SC. Nº 251.321.614

Itaporanga - SC

Granja Rio Novo
 Estrada Alto Rio Novo, s/nº - Bairro Rio Novo
 CEP 88400-000 - Itaporanga - SC
 Telefone: (47) 99249-7190
 CNPJ Nº 85.782.878/0030-13 - CCICMS-SC. Nº 252.003.870



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

Rod. BR 470, Km 150, nº 13.891, Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - Santa Catarina
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115